

www.pwc.com.br

Paulista Lajeado Energia S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Paulista Lajeado Energia S/A

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2022, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

A Paulista Lajeado é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada diretamente (59,93%) pela CPFL Jaguari de Geração de Energia Ltda. ("Jaguari Geração").

A Paulista Lajeado tem como objeto social a geração e comercialização de energia, detendo 7,0% do capital votante da Investco S.A., empresa criada com o propósito de operar a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado").

A UHE Lajeado é um importante empreendimento de geração de energia elétrica, localizada no Rio Tocantins, com capacidade instalada total de 902,5 MW, dos quais 4,15% são repassados à Paulista Lajeado para subseqüente venda às distribuidoras de energia elétrica controladas pela CPFL Energia S.A.

2. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 23 milhões em 2023, representando uma redução de 44,4% (R\$ 18 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 4 milhões em 2023, aumento de 4,6% (R\$ 0,2 milhão). A receita operacional líquida foi de R\$ 19 milhões em 2023, uma redução de 49,6% (R\$ 18 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): em 2023, o EBITDA teve um resultado negativo de R\$ 63 milhões, representando uma variação negativa de R\$ 37 milhões, devido à redução de 49,6% (R\$ 18 milhões) na receita líquida e ao aumento de R\$ 23 milhões no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros e outros custos/despesas operacionais), parcialmente compensado pela redução nos custos com energia elétrica de R\$ 4 milhões.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA (R\$ mil)

	2023	2022
Lucro Líquido	(60.400)	(24.241)
Depreciação e Amortização	2.875	1
Resultado Financeiro	(5.946)	(4.895)
Contribuição Social	0	849
Imposto de Renda	0	1.929
EBITDA	(63.470)	(26.358)

Paulista Lajeado Energia S/A

Lucro líquido: a Paulista Lajeado apurou prejuízo líquido de R\$ 60 milhões em 2023, representando uma variação de R\$ 36 milhões, refletindo as reduções de R\$ 37 milhões no EBITDA e aumento de R\$ 3 milhões nas despesas na depreciação e amortização. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela maior receita financeira que apresentou um aumento de R\$ 1 milhão no resultado financeiro e uma redução de R\$ 3 milhões no imposto de renda e contribuição social.

3. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela Paulista Lajeado para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias, a PwC prestou serviços de revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF).

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

4. Agradecimentos

A Administração da Paulista Lajeado agradece aos seus acionistas, colaboradores e à sociedade pela confiança depositada na Companhia no ano de 2023.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

Paulista Lajeado Energia S/A

Sumário

Relatório da Administração	2
Balanço patrimonial	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
(1) CONTEXTO OPERACIONAL	10
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	12
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	18
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	19
(7) TRIBUTOS A COMPENSAR	20
(8) OUTROS ATIVOS	20
(9) RESULTADO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20
(10) INVESTIMENTOS	21
(11) INTANGÍVEL	21
(12) FORNECEDORES	22
(13) TAXAS REGULAMENTARES	22
(14) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	23
(15) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS	23
(16) OUTRAS CONTAS A PAGAR	24
(17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
(18) LUCRO POR AÇÃO	25
(19) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26
(20) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	26
(21) CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS	27
(22) RESULTADO FINANCEIRO	28
(23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	28
(24) GESTÃO DE RISCOS	29
(25) INSTRUMENTOS FINANCEIROS	32
(26) COMPROMISSOS	34

Paulista Lajeado Energia S/A

PAULISTA LAJEADO ENERGIA SA
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.552	1.156
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	2.064	4.831
Dividendo e juros sobre o capital próprio	10.1	2.711	2.836
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	9	8
Outros tributos a compensar	7	1.282	1.252
Outros ativos	8	804	728
Total do circulante		15.422	10.811
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	-	2.511
Investimentos	10	37.336	86.942
Intangível	11	13.203	16.079
Total do não circulante		50.539	105.531
Total do ativo		65.961	116.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paulista Lajeado Energia S/A

PAULISTA LAJEADO ENERGIA SA
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	12	949	3.460
Taxas regulamentares	13	253	367
Imposto de renda e contribuição social a recolher	14	-	1.572
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	14	115	279
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	23	4.037	-
Dividendo e juros sobre capital próprio	23	-	17.083
Outras contas a pagar	16	1.035	6.509
Total do circulante		6.390	29.270
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social a recolher	14	908	856
Total do não circulante		908	856
Patrimônio líquido	17		
Capital social		56.232	56.232
Reserva de capital		49.975	49.975
Reserva de retenção de lucros para investimento		1.122	1.122
Lucros/(Prejuízos) acumulados		(48.666)	(21.114)
Total do patrimônio líquido		58.664	86.216
Total do passivo e do patrimônio líquido		65.961	116.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paulista Lajeado Energia S/A

PAULISTA LAJEADO ENERGIA SA

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita operacional líquida	19	18.528	36.751
Custo com serviços		(8.238)	(12.027)
Custo com energia elétrica	20	(8.238)	(12.027)
Custo com operação	21	(17.384)	(20.966)
Depreciação e amortização		(2.875)	-
Outros custos com operação		(14.509)	(20.966)
Custo com serviço prestado a terceiros		-	-
Lucro operacional bruto		(7.094)	3.758
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		1.114	42
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	28	42
Outras despesas com vendas		1.086	-
Despesas gerais e administrativas		(328)	(422)
Depreciação e amortização		-	(1)
Outras despesas gerais e administrativas	21	(328)	(421)
Outras despesas operacionais		(49.645)	(29.736)
Outras despesas operacionais	21	(49.645)	(29.736)
Resultado do serviço		(55.953)	(26.358)
Resultado de participações societárias		6.007	3.778
Resultado de participações societárias		6.007	3.778
Resultado financeiro		(61)	1.117
Receitas financeiras	22	553	1.247
Despesas financeiras	22	(614)	(130)
Lucro antes dos tributos		(50.006)	(21.463)
Contribuição social	9	-	(849)
Imposto de renda	9	-	(1.929)
		-	(2.778)
Lucro líquido do exercício		(50.006)	(24.241)
Lucro (Prejuízo) líquido básico por ação ordinária - R\$	18	(0,95)	(0,46)
Lucro (Prejuízo) líquido básico por ação preferencial - R\$	18	(0,95)	(0,46)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paulista Lajeado Energia S/A

PAULISTA LAJEADO ENERGIA SA
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro
de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro Líquido do exercício	(50.006)	(24.241)
Resultado abrangentes do exercício	<u>(50.006)</u>	<u>(24.241)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paulista Lajeado Energia S/A

Paulista Lajeado Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucro					Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária	Dividendo	
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	56.232	49.975	1.122	3.128	34.165	144.622
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	(24.241)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(24.241)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	(3.128)	-	3.128
Reversão de reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	(3.128)	-	3.128
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	(34.165)	(34.165)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	(34.165)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	56.232	49.975	1.122	0	(21.114)	86.216
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	(50.006)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(50.006)
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	-	22.454
Reversão de dividendo adicional	-	-	-	-	-	22.454
Saldos em 31 de dezembro de 2023	56.232	49.975	1.122	0	(48.666)	58.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paulista Lajeado Energia S/A

Paulista Lajeado Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022

	Controladora	
	2023	2022
Lucro antes dos tributos	(50.006)	(21.464)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades		
Depreciação e amortização	2.875	1
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	142
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28)	(42)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	405	-
Ajuste a valor justo em Investimentos	49.607	29.711
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	(5.850)	(3.399)
	(2.997)	4.949
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5.306	1.686
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	5.975	1.554
Tributos a compensar	(32)	(321)
Outros ativos operacionais	(76)	250
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(2.511)	1.918
Outros tributos e contribuições sociais	(200)	142
Taxas regulamentares	(113)	(5)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-	(142)
Outros passivos operacionais	(103)	(861)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	5.249	9.170
Encargos de dívidas e debêntures pagos	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.572)	(2.175)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	3.677	6.995
Atividades de financiamentos		
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-	(17.083)
Captações de mútuos com controladas e coligadas	4.117	-
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(397)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	3.720	(17.083)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.397	(10.089)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.155	11.244
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8.552	1.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paulista Lajeado Energia S/A

**PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Paulista Lajeado Energia S.A. (“PLE” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o objetivo principal de atuar na geração e comercialização de energia elétrica, de qualquer origem e natureza. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia é uma controlada direta da Companhia Jaguari de Geração de Energia Ltda. e indireta da CPFL Energia S.A.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Vigato, 1620 – 1º andar – sala 4 – João Aldo Nassif – Jaguariúna – SP – Brasil.

1.1 Mudanças Climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025¹, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

¹ Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Paulista Lajeado Energia S/A

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 27 de fevereiro de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo na categoria nível 2 e 3, está apresentada na nota 25 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 - Outros ativos;
- Nota 10 - Investimentos;
- Nota 11 - Intangível;
- Nota 15 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 21 – Custos e despesas operacionais;
- Nota 25 - Instrumentos Financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações sobre participações societárias

A PLE detém participação societária de 5,94% na Investco S.A., a qual está avaliada pelo seu valor justo, em conformidade com o CPC 48. A PLE, em conjunto com a Rede Lajeado S.A., Ceb Lajeado S.A. e EDP Lajeado Energia S.A., são titulares de ações representativas de 100% do capital votante e 59,05% do capital social da Investco S.A. As referidas sociedades, juntamente com a Investco S.A., são parte do consórcio denominado “Consórcio Usina Lajeado”, cujo objetivo é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do aproveitamento Hidrelétrico Luiz Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado.

Em conjunto com a Rede Lajeado S.A., Ceb Lajeado S.A. e EDP Lajeado Energia S.A., a Companhia firmou contrato de arrendamento de ativos com a Investco S.A. para fins de geração de energia elétrica.

Paulista Lajeado Energia S/A

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Paulista Lajeado Energia S/A

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Paulista Lajeado Energia S/A

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 25.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

As ações preferenciais são classificadas como capital no patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

- Partes Beneficiárias

Conforme acordo de acionistas da PLE, com o objetivo de manter a participação da Eletrobrás de 49,67% no resultado da PLE, a Eletrobrás tem o direito de receber partes beneficiárias que lhe garantem 10% do lucro líquido da PLE antes de qualquer outra participação. Estes títulos serão convertidos em ações preferenciais sem direito a voto em 2032. Esta conversão de partes beneficiárias no final da concessão em ações preferenciais corresponderá, no momento da conversão, a 5,084% do total de ações emitidas pela PLE. O pagamento de partes beneficiárias ocorre nas mesmas datas que os dividendos ou outra forma qualquer de remuneração feita para os acionistas da PLE.

3.3 Intangível

O ativo intangível da Companhia inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares, serviços e direito de desenvolvimento de sistema, de acordo com o CPC 04 - Ativo intangível. Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou formação e estão deduzidos da amortização acumulada que é calculada de forma linear e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Ainda, contempla o saldo referente à Repactuação do risco hidrológico - GSF, conforme abaixo.

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes,

Paulista Lajeado Energia S/A

relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela ANEEL.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa ANEEL nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04 tendo em vista tratar-se de um ativo intangível relacionado ao direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos. Adicionalmente considerando-se também por analogia condições previstas no referido CPC 04, o ativo que pode ser constituído pela repactuação do risco não hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, e tendo como base os parâmetros que são determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. Tais montantes são transformados pela ANEEL em extensão do prazo da outorga.

Essa compensação aos geradores hidroelétricos ocorre por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, é reconhecida como um intangível em contrapartida a compensação de custos com energia elétrica.

3.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia considera um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com “problemas de recuperação”. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Paulista Lajeado Energia S/A

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, são registradas no resultado do exercício.

- **Ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.5 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.6 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras, CPC 24, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua

Paulista Lajeado Energia S/A

deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.7 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Em 2023 as receitas provenientes de clientes que representam 10% ou mais do total da receita bruta da Companhia é representada principalmente pela empresa CPFL Renováveis R\$ 10.140 (45%) e pela Energia de Curto Prazo CCEE R\$ 9.389 (41%) e em 2022 as receitas provenientes de clientes é representada principalmente pela empresa Companhia Jaguari de Energia R\$ R\$ 30.076 (74%).

3.8 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

A Companhia tem como metodologia de apuração de imposto de renda e contribuição social o lucro presumido regime caixa, o cálculo para recolhimento destes impostos é com base no percentual de presunção de lucro sobre o recebimento efetivo acrescido de 100% das seguintes receitas: ganhos de capital, rendimentos e ganhos líquidos auferidos de aplicações financeiras e demais receitas.

3.9 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

3.10 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 (R1) / IAS 1)

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida pelo IFRS a fim de esclarecer que a Entidade que possuir passivos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) apenas será afetada pela classificação do passivo para casos em que o atingimento desses índices deva ocorrer até a data do balanço.

Paulista Lajeado Energia S/A

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(b) **Divulgações Gerais relacionadas à Sustentabilidade (IFRS S1) e Divulgações Relacionadas ao Clima (IFRS S2).**

Em junho de 2023, o International Sustainability Standards Board (ISSB) emitiu as suas duas primeiras Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS, a IFRS S1 de Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e a IFRS S2 de Divulgações Relacionadas ao Clima.

A IFRS S1 estabelece os requisitos gerais de como as Companhias devem divulgar em seu relatório, informações relevantes sobre os riscos e oportunidades relacionados à Sustentabilidade e que sejam importantes para tomada de decisão dos usuários das Demonstrações Financeiras, uma vez que possam impactar diretamente nas decisões da empresa.

Já a IFRS S2, considerando os efeitos de todas as alterações climáticas que estão ocorrendo e venham a ocorrer ao longo dos anos, exige a divulgação dos riscos e oportunidades relacionados com o clima, levando em conta o setor, indústria e demais circunstâncias nas quais a empresa atua. Vale ressaltar que a IFRS destaca que as mudanças climáticas se apresentam como risco para as empresas que estão expostas diretamente ou indiretamente a tais mudanças e oportunidade para empresas que atuam como mitigadoras das mudanças climáticas.

As empresas são obrigadas a aplicar a IFRS S1 e a IFRS S2 em conjunto para garantir a conformidade com as Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS. Pelo IFRS, as alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. No Brasil, para as Companhias abertas, a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade foi aprovada pela CVM através da Resolução CVM 193 de 20 de outubro de 2023, com adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2024 e adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações e os novos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas, e não adotará os relatórios de sustentabilidade e clima de forma voluntária e antecipada.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Intangível

O valor justo dos itens do ativo intangível é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (nota 25).

Paulista Lajeado Energia S/A

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldos bancários	232	77
Aplicações financeiras (a)	8.320	1.079
Total	<u>8.552</u>	<u>1.156</u>

(a) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média, a 89,93% do CDI em 2023 e 101,78% do CDI em 2022.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	<u>Saldos</u>	<u>Vencidos</u>		<u>Total</u>	
		<u>até 90 dias</u>	<u>> 90 dias</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante					
Operações realizadas na CCEE	321	321	-	321	1.320
Concessionárias e permissionárias	1.978	1.883	95	1.978	3.845
	<u>2.299</u>	<u>2.204</u>	<u>95</u>	<u>2.299</u>	<u>5.165</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(236)	(334)
Total				<u>2.063</u>	<u>4.831</u>
Não circulante					
Operações realizadas na CCEE	-	-	-	-	2.511
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.511</u>
Total				<u>-</u>	<u>2.511</u>

Operações realizadas na CCEE

Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. No exercício de 2023 foram liquidados os valores correspondentes ao exercício de 2022 de longo prazo que compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota explicativa 25 (d).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>Consumidores, concessionárias e permissionárias</u>	<u>Outros ativos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2022	(334)	-	(333)
Provisão revertida (constituída) liquida	98	-	98
Saldo em 31/12/2023	<u>(236)</u>	<u>-</u>	<u>(236)</u>

Paulista Lajeado Energia S/A

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	8
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	8
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	478	500
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	62	43
Programa de integração social - PIS	51	51
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	691	657
Outros tributos a compensar	1.282	1.251
Total circulante	1.291	1.260

(8) OUTROS ATIVOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ordens em curso	660	571
Outros	144	157
Total	804	728

Ordens em curso – Compreende custos e receitas relacionados à gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Outras Contas a Pagar.

(9) RESULTADO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apresenta saldo de reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2023 e 2022:

	<u>2023</u>		<u>2022</u>	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	(50.006)	(50.006)	(21.464)	(21.464)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Realização correção monetária complementar	-	-	740	379
Efeito regime lucro presumido	-	-	30.158	28.799
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(3.175)	(3.152)	-	-
Base de cálculo	(53.181)	(53.158)	9.434	7.714
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	4.786	13.290	(849)	(1.929)
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	(4.786)	(13.290)	-	-
Provisão para riscos fiscais	-	-	-	-
Total	0	(1)	(849)	(1.929)
Corrente	-	-	(849)	(1.929)
Diferido	-	-	-	-

Paulista Lajeado Energia S/A

(10) INVESTIMENTOS

	31/12/2023	31/12/2022
Participações societárias permanentes	116.653	116.653
Ajuste a Valor Justo	(79.318)	(29.711)
Total	37.335	86.942

A Companhia registra em “Investimentos” a participação de 5,94% que detém no capital total da Investco S.A., sendo 28.154.140 ações ordinárias e 18.593.070 ações preferenciais, não cotadas em bolsa. A Investco S.A. é uma Sociedade criada com o propósito de operar a UHE Luís Eduardo Magalhães (antiga UHE Lajeado), nos municípios de Palmas e Miracema do Tocantins, no Estado de Tocantins, e com uma potência instalada de 902,5 MW. O investimento registrado na PLE, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é decorrente da participação de 5,94% no capital total da investida.

A energia produzida pela Investco e repassada à PLE, que vende esta energia para a Companhias do Grupo CPFL Energia S.A. (“Grupo CPFL”), principalmente a Companhia Jaguari de Energia.

Por não se enquadrar como um investimento em controlada, coligada e empreendimento controlado em conjunto, tal investimento é classificado como um Ativo Financeiro, cuja mensuração deve ser efetuada ao seu valor justo, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

O valor justo deste instrumento de Nível 3 (instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado) foi calculado utilizando a abordagem do fluxo de caixa livre para o acionista, técnica de avaliação que reflete o fluxo de caixa futuro. A Administração se baseou em premissas do orçamento plurianual, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores.

As premissas utilizadas para cálculo do fluxo de caixa descontado, incluíram: (i) expectativas de volume de geração de energia; (ii) expectativas em relação aos preços futuros de energia; (iii) disponibilidade de capacidade de geração de energia; (iv) período de concessão/autorização; e (v) outras condições de mercado. A taxa de desconto utilizada pela Companhia foi de aproximadamente 11%.

Como resultado, para o exercício de 2023, a Companhia reconheceu um ajuste a valor justo neste investimento no montante de -R\$49.607 (-R\$29.711 em 2022), cuja contrapartida foi reconhecida na rubrica “Outros” em Custos e Despesas Operacionais.

10.1 Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) e Dividendos a receber

A Companhia reconheceu em resultado dividendos e JCP no montante de R\$ 6.008 (R\$ 3.778 em 2022) na rubrica “Resultado de Participações Societárias”.

O saldo ativo de R\$ 2.711 (R\$ 2.836 em 2022) refere-se a juros sobre o capital próprio a receber da Investco S.A. líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte de 15%.

(11) INTANGÍVEL

Em 2023 a Companhia apresenta saldo de R\$ 13.203 (R\$ 16.079 em 2022) que corresponde ao efeito de extensão de concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico*. Os valores de amortização estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “depreciação e amortização”.

(*) Repactuação do Risco Hidrológico

Em 09 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, com vistas à compensação por riscos não-hidrológicos às usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Em 1º de dezembro de 2020, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa (REN) nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e que deverá permitir a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado, com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Paulista Lajeado Energia S/A

Baseada nessa resolução, a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) apresentou ao mercado e à ANEEL os cálculos individualizados por usina com o respectivo prazo de extensão de cada outorga.

Em 30 de março de 2021 foi publicada a REN nº 930, retificando o entendimento sobre o alcance dos benefícios e concedendo compensação aos geradores que repactuaram a energia do ambiente de contratação regulada (ACR) para os anos de 2012 a 2014.

Após publicação da REN nº 930/2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou representação solicitando esclarecimentos por parte da ANEEL e determinando a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN nº 930/2021, inclusive quanto a homologar valores de compensação ou estender prazo de outorga de usinas integrantes do MRE que aderirem ao art. 2º da Lei nº 14.052/2020, até que fosse analisado o mérito da representação.

Em 13 de julho de 2021, porém, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 que deu nova redação a Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga.

Como consequência a Companhia reconheceu ativos intangíveis oriundos da extensão de concessão em contrapartida da rubrica "custos com operação". O ativo foi reconhecido no montante total de R\$ 16.077 em 2021. Esses montantes representam o valor justo do ressarcimento ao qual a Companhia possui direito a receber, utilizando como base os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de a 9,63%.

(12) FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Suprimento de energia elétrica	308	2.837
Encargos de uso da rede elétrica	605	553
Materiais e serviços	37	70
Total	<u>949</u>	<u>3.460</u>

(13) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compens. financ. pela utilização de rec. hídricos	235	349
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	19	18
Total	<u>253</u>	<u>367</u>

Paulista Lajeado Energia S/A

(14) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	1.122
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	449
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	1.572
Programa de integração social - PIS	18	49
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	85	226
Outros	12	4
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	115	279
Total Circulante	<u>115</u>	<u>1.851</u>
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	725	684
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	183	173
Total Não circulante	<u>908</u>	<u>856</u>

Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL: no não circulante refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro para Imposto de renda a recolher e contribuição social a recolher, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

(15) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são prováveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estavam assim representadas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Cíveis	343	357	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	-	11	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	1.076	1.045	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Total	<u>1.419</u>	<u>1.412</u>	

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados (IRPJ e CSLL, Nota 7), refletem a melhor estimativa corrente.

Paulista Lajeado Energia S/A

(16) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Consumidores e concessionárias	19	224
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	997	889
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	17	23
Folha de pagamento	2	1
Partes beneficiárias	-	5.371
Outros	-	-
Total	<u>1.035</u>	<u>6.509</u>

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética;
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e
PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Pesquisa e desenvolvimento P&D: A companhia reconhece os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

(17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	-	21.060.769	21.060.769	40,07%
Companhia Jaguari de Geração de Energia Ltda.	31.499.174	-	31.499.174	59,93%
Total	<u>31.499.174</u>	<u>21.060.769</u>	<u>52.559.943</u>	<u>100,00%</u>

17.1 Reserva de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2005, a Companhia registrou o montante de R\$ 49.975, correspondente a 10.000 partes beneficiárias, de emissão da Companhia, que asseguram às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás") uma participação de 10% sobre os lucros, após a participação atribuída aos diretores. Estas partes beneficiárias deverão ser conversíveis em ações preferenciais sem direito a voto ao final de 2032.

17.2 Reserva de lucros

É composta por:

- (i) Reserva de retenção de lucros para investimento: O estatuto social prevê que a Companhia poderá destinar até 10% do lucro apurado no exercício para a constituição de reserva para investimentos ambientais. Estas reservas destinam-se ao cumprimento das obrigações referentes aos investimentos básicos de meio ambiente, assumidos na época da construção da Usina Hidroelétrica Luiz Eduardo Magalhães. Com base no acordo de acionistas vigente esta reserva não tem participação da Eletrobrás, sendo desta forma, de uso exclusivo da CPFL Jaguari de Geração da Energia Ltda. Em dezembro de 2023 e 2022, o saldo da reserva é de R\$ 1.122.

Paulista Lajeado Energia S/A

17.3 Dividendo

Em assembleia geral ordinária realizada em 25 de abril de 2023 a Companhia aprovou o cancelamento parcial de dividendos adicionais no montante de R\$ 22.454. Adicionalmente, o saldo foi utilizado para absorção de prejuízo apurado em 2022 de R\$ 24.241.

(18) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados. Adicionalmente, conforme acordo de acionista, para fins de cálculo do lucro por ação, foi descontado do lucro líquido o valor correspondente a 10% do lucro pago ao detentor das partes beneficiárias (vide nota 3.2).

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(50.006)	(24.241)
Lucro (Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas	(50.006)	(24.241)
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	31.499.174	31.499.174
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	21.060.769	21.060.769
Lucro (Prejuízo) líquido básico por ação ordinária - R\$	-0,95	-0,46
Lucro (Prejuízo) líquido básico por ação preferencial - R\$	-0,95	-0,46

Paulista Lajeado Energia S/A

(19) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	R\$ mil	
	2023	2022
Receita de operações com energia elétrica		
Classe de consumidores		
CPFL Paulista	306	288
CPFL Piratininga	46	43
CPFL Jaguari	30	30.076
RGE Sul	113	105
CPFL Energias Renováveis	10.140	-
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	2.542	1.849
Energia elétrica de curto prazo	9.389	8.248
Suprimento de energia elétrica	22.565	40.610
Total da receita operacional bruta	22.566	40.610
Deduções da receita operacional		
PIS	(373)	(264)
COFINS	(1.717)	(1.360)
Programa de P&D e eficiência energética	(185)	(369)
Compensação financeira pela utilização de recursos Hídricos - CFURH	(1.526)	(1.651)
Outros	(237)	(214)
	(4.038)	(3.859)
Receita operacional líquida	18.528	36.751

Energia elétrica de curto prazo: redução na receita com energia elétrica de curto prazo devido a variação do GSF para repactuação do risco hidrológico entre o ano de 2023 e 2022.

(20) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	R\$ mil	
	2023	2022
<u>Energia comprada para revenda</u>		
Energia de curto prazo	2.194	634
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	-	5.204
Crédito de PIS e COFINS	(203)	-
Subtotal	1.991	5.838
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>		
Encargos da rede básica	6.884	6.189
Crédito de PIS e COFINS	(637)	-
Subtotal	6.247	6.189
Total	8.238	12.027

Paulista Lajeado Energia S/A

(21) CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas Operacionais									
	Custo com operação		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	-	-	-	-	126	119	-	-	126	119
Serviços de terceiros	98	263	-	-	432	300	-	-	530	563
Outros	14.410	20.703	(1.086)	-	(230)	3	49.645	29.736	62.739	50.443
Arrendamentos e aluguéis	14.288	16.232	(1.086)	-	(233)	2	-	-	12.969	16.234
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	3	-	-	-	3	-
Amortização de prêmio pago - GSF	122	4.472	-	-	-	-	-	-	122	4.472
(*) Outros	-	-	-	-	-	1	49.645	29.736	49.645	29.737
Total	14.508	20.966	(1.086)	-	328	422	49.645	29.736	63.395	51.125

(*) **Outros:** Composto principalmente pelo ajuste a valor justo do investimento detido sobre a Investco, no montante de R\$ 49.607 (R\$ 29.711 em 2022), conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10.

21.1 Generating Scaling Factor (“GSF”)

As UHEs e algumas PCHs conectadas ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”) participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que funciona como um compartilhamento de riscos hidrológicos entre essas usinas, uma vez que as usinas geram energia pelo comando do Operador Nacional do Sistema ONS e/ou pelo regime hidrológico, ou seja, não possuem gestão sobre o momento e montante que geram a energia. A participação neste mecanismo é proporcional à Garantia Física de cada usina, que também se configura como o limite de contrato de venda de energia de cada usina.

Quando o conjunto das usinas do MRE gera energia superior à soma das suas garantias físicas, denominada Energia Secundária, este excedente é liquidado ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD e rateado entre as usinas participantes na proporção de suas garantias físicas. Por outro lado, se a geração do conjunto for inferior à soma das garantias físicas, haverá o *Generating Scaling Factor* (“GSF”), sendo este déficit de energia também alocado na proporção da garantia física de cada usina e conseqüentemente expondo-a no mercado de curto prazo, valorizando a energia faltante ao PLD.

Nos anos de 2005 a 2012, o GSF anual do MRE ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos, sendo que a partir do ano de 2013 este cenário começou a se alterar, agravando-se nos anos de 2014 e 2015, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano.

Repactuação do Risco Hidrológico de 2015

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e a Resolução Normativa ANEEL nº 684 de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A repactuação do risco hidrológico da parcela referente no ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$ 9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”).

Para a parcela do risco hidrológico relativa ao ACL, o risco será mitigado pela compra de Energia de Reserva, com os direitos e obrigações associados a esta aquisição assumido pelos geradores hídricos. Neste caso o prêmio de risco equivale ao preço de R\$ 2,10/MWh pela energia de reserva destinada a seu uso, que será aportado na Conta de Energia de Reserva (CONER).

Paulista Lajeado Energia S/A

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido no resultado o montante R\$ 122 (R\$ 4.472 de 2022), a título de amortização do prêmio do risco hidrológico.

(22) RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	393	830
Atualização de créditos fiscais	36	48
Outros	124	368
Total	553	1.246
Despesas		
Outros	(574)	(90)
Atualização P&D e PEE	(40)	(40)
Total	(614)	(130)
Resultado financeiro	(61)	1.117

Outras receitas financeiras: O montante de R\$ 124 (R\$ 368 em 2022), na rubrica de receitas em outros, refere-se à multa e juros sobre saldos a receber decorrente de comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Vide detalhes na nota 6 em “Operações realizadas na CCEE”.

(23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como um dos acionistas a CPFL Jaguari de Geração de Energia Ltda., e é indiretamente controlada, na proporção de 59,93%, pela CPFL Energia S.A., que por sua vez possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

O acionista que representa 40,07% é Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

A principal natureza e transação está relacionada a seguir:

- **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia pelas distribuidoras, comercializadoras e geradoras através de contratos de curto ou longo prazo e de tarifas cobradas pelo uso da rede de distribuição (TUSD). Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo órgão regulador.

Paulista Lajeado Energia S/A

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, o Grupo CPFL possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, da Companhia e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2022, conforme requerido no CPC 05 (R1) foi de R\$ 126 (R\$ 118 em 2022) e refere-se a valor registrado pelo regime de competência.

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	-	-	0	2
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	-	-	3	-
Contratos de mútuos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	4.037	-	-	-	405	-
Dividendo e juros sobre o capital próprio								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	9.553	-	-	-	-
Materiais e Prestação de Serviços								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	30	46	-	-	127	539
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.689	3.320	1	1.024	10.634	30.513	437	5.204

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da Paulista Lajeado, são como seguem:

Empresas	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Arrendamento e Aluguel								
Investco S.A	-	-	15.641	15.638	-	-	15.641	15.638
Dividendos e JSCP								
Investco S.A	125	1.846	-	-	6.032	3.778	-	-
Centrais Elétricas Brasileira S.A. Eletrobras	-	-	-	7.530	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	-	-	-	1.704

(24) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, geração e comercialização de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria Interna, Riscos e Compliance e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e

Paulista Lajeado Energia S/A

regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da Companhia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de riscos e as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva da Companhia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites;
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da Companhia para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos. Adicionalmente, orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento.

Ao Conselho Fiscal da Companhia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da Companhia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da Companhia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia desta Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da Companhia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos na Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Paulista Lajeado Energia S/A

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco de mercado das comercializadoras: Esse risco decorre da possibilidade de as comercializadoras incorrerem em perdas por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, marcadas contra o preço de mercado da energia.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software Bloomberg* para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

Paulista Lajeado Energia S/A

(25) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	Controladora			
				31/12/2023		31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	8.552	8.552	1.155	1.155
Investimentos em Instrumentos Patrimon	10	(a)	Nível 3	37.336	37.336	86.942	86.942
Total				8.552	8.552	1.155	1.155
Passivo							
Mútuo entre coligadas e controladas	23	(b)	Nível 2	4.037	4.037	-	-
Total				4.037	4.037	-	-

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

Legenda

Categoria / Mensuração:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores e (ii) taxas regulamentares.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

A Companhia registra em "investimento" a participação de 5,94% que detém no capital total da Investco S.A., sendo 28.154.140 ações ordinárias e 18.593.070 ações preferenciais, não cotadas em bolsa. O objetivo principal de suas operações é gerar energia elétrica que será comercializada pelos respectivos acionistas detentores da concessão, a Companhia registra o respectivo investimento ao seu valor de custo, o qual representa a melhor estimativa de seu valor justo, uma vez que não há informações recentes disponíveis para a apuração do valor justo, em conformidade com o CPC 48.

Paulista Lajeado Energia S/A

b) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Receita (despesa)			Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
			taxa no período	taxa cenário provável (a)	Cenário provável		
Instrumentos financeiros ativos	8.320				841	631	421
Instrumentos financeiros passivos	(4.037)				(408)	(306)	(204)
Derivativos - swap plain vanilla	-				-	-	-
	4.283	baixa CDI	11,65%	10,11%	433	325	217
Total	4.283				433	325	217
Efeitos no resultado abrangente acumulado					-	-	-
Efeitos no resultado do período					433	325	217

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

c) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2023	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	Total
Fornecedores	12	949	-	949
Taxas regulamentares	13	253	-	253
Mútuo entre empresas do grupo		-	4.037	4.037
Outros		36	-	36
Consumidores e concessionárias		19	-	19
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	16	17	-	17
Total		1.238	4.037	5.275

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Paulista Lajeado Energia S/A

Contas a receber e Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Caixa, equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA- avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

(26) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia, em 31 de dezembro de 2023, são como segue:

<u>Obrigações contratuais em 31/12/2023</u>	<u>Duração</u>	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>1-3 anos</u>	<u>4-5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	11	133	266	265	525	1.189
Total		133	266	265	525	1.189

Paulista Lajeado Energia S/A

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

TIAGO DA COSTA PARREIRA
Conselheiro

MOACYR PEREIRA DOS SANTOS
Conselheiro

DIRETORIA

KARIN REGINA LUCHESI
Diretora Superintendente

YUEHUI PAN
Diretor

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP321353/O-4



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Paulista Lajeado Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Paulista Lajeado Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Paulista Lajeado Energia S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Paulista Lajeado Energia S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 21 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5



Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5